
LEITURAS NA (CON)FORMAÇÃO DA INFÂNCIA: UM ESTUDO DE *LEITURA MANUSCRITA* (1901-1955)

Estela Natalina Mantovani Bertolotti^(*)

INTRODUÇÃO

No Brasil, pelo menos até meados do século XIX, raros eram os livros escolares para a infância. À época, circulavam uns poucos livros produzidos e publicados, sobretudo, na Europa, além de manuscritos, como documentos de cartório, cartas, textos religiosos, leis, entre outros, para ensino da leitura na escola brasileira.

Ainda alcancei o tempo em que nas aulas de primeiras letras aprendia-se a ler em velhos autos, velhas sentenças fornecidas pelos cartórios dos escrivães forenses.

Histórias detestáveis e enfadonhas em sua impertinente banalidade, eram-nos ministradas nesses poeirentos cartapácios. Eram como clavas a nos esmagar o senso estético, embrutecer o raciocínio e estragar o caráter.

Era então precisa uma abundante seiva nativa para resistir a semelhante devastação (ROMERO, 1885 apud ZILBERMAN; LAJOLO, 1988, p. 265)

Muitos eram os reclamos de intelectuais e educadores não somente da falta de material especialmente produzido para este fim, mas também da falta de produto brasileiro, seja pelos temas, seja pela feitura material, seja pelos autores. Emblemático é o posicionamento de José Veríssimo (1896) sobre essa situação, no qual clamava por um livro de leitura para brasileiros.

Cumpra que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiros, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime. (VERÍSSIMO, 1896, apud ZILBERMAN; LAJOLO, 1988, p. 272).

A partir da institucionalização da escola, como principal espaço social de educação, portanto, materiais didáticos especialmente voltados para a infância brasileira passaram a ser não somente reivindicados, como também produzidos, incentivando o nascimento de um mercado especializado no que se convencionou a chamar de livros escolares. Bastante híbridos, complexos e fluidos em sua gênese, os livros escolares brasileiros oscilavam entre aqueles de caráter mais pedagógico e aqueles de caráter mais ficcional, sempre voltados, contudo, à preocupação de levar

^(*) Professora Adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorado em Educação Escolar pela UNESP e Pós-doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). estelanmb@gmail.com

ensinamento útil de forma agradável, de modo a substituir paulatinamente os “detestáveis e enfadonhos” materiais produzidos em outros países ou em outras esferas da sociedade, como os manuscritos mencionados, e utilizados na escola para ensino da tríade: ler, escrever e contar.

Nesse estado de coisas encontram-se os livros de leitura. Inicialmente produzidos por um tímido mercado editorial brasileiro, haja vista o público escasso a que se dirigia, este foi se especializando e sofisticando métodos, técnicas e alcance, tornando assim os livros escolares um material indispensável no processo de escolarização de crianças ao longo do tempo até os dias atuais.

Desse modo, sob diferentes configurações e projetos editoriais, os livros de leitura brasileiros representaram diversas maneiras de conceber a formação do leitor (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991), em consonância com exigências específicas da escola e de formação *de e para* a infância (CORRÊA, 2000). Entre esses, um modelo singular e curioso (pelo menos, aos olhos de hoje) circulou na escola brasileira formando gerações de leitores, formando e conformando a infância, trata-se dos livros de leitura manuscrita ou paleógrafos. Sua singularidade consiste, entre outros fatores, na sua materialidade: um livro impresso, porém em letra manuscrita. Embora esse tipo de livro tenha circulado, no Brasil, por mais de cem anos, curioso é notar que poucos são os estudos sobre ele, à exceção de menções a sua existência e, mais pontualmente, alguns esboços de sua trajetória e circuito de produção e comunicação (DARNTON, 2010), e em alguns casos, com análises descritivas de sua materialidade, como em Batista (2005; 2009), o que aponta para lacunas e necessidades de pesquisas.

Buscando suprir essas lacunas, neste texto, focalizo um livro de leitura manuscrita, a saber: *Leitura Manuscripta* – lições colligidas, de BPR. Não fosse pelo título significativo de seu conteúdo: manuscritos para serem lidos, coligidos, ou seja, recolhidos e organizados em coletânea, a escolha por esse objeto de estudo se deu por outras ordens de motivos, quais sejam:

1. sua longevidade, haja vista que circulou por 54 anos no mercado editorial brasileiro, com primeira edição provavelmente em 1901, pela Tipografia Siqueira¹, passando a partir da 9ª edição, em 1909, para a Livraria Francisco Alves, e chegando à última edição em 1955 (RAZZINI, 2014);

2. seu circuito de produção e comunicação ser, entre os outros paleógrafos em circulação a sua época, o único totalmente brasileiro, tendo sido editado e impresso no país (BATISTA, 2009);

¹ Segundo Razzini (2014), a Tipografia Siqueira teve várias denominações, sendo Typographia a vapor Espindola, Siqueira & Comp. à época da publicação da primeira edição de *Leitura Manuscripta*.

3. sua inovação em relação aos outros paleógrafos que circulavam na escola brasileira, uma vez que, segundo Batista (2009, p. 164-165),

[...] a obra rompe com o modelo de organização bipartida dos paleógrafos anteriores, por conter apenas a antologia de textos, sem fazer a apresentação prévia das letras do alfabeto em diferentes tipos de escrita. [...] apresenta a coletânea de textos, de diferentes autores, composta tanto de narrativas de fatos históricos ou de biografias (Bartolomeu Bueno da Silva, Bartolomeu Gusmão, os Andradas, a invenção da imprensa, dentre outros) quanto de textos – e se trata de uma segunda ruptura promovida pela obra em relação às demais – de uma literatura dirigida à leitura da criança na escola (adaptações de fábulas, poemas, pequenas narrativas). A ocorrência, ainda, de autores de livros de instrução do final do século XIX entre as personagens biografadas é também um diferencial entre o livro e os demais paleógrafos [...].

Em vista disso, como outros livros de leitura, manuscritos ou não, *Leitura Manuscripta* formava e conformava a infância brasileira, especialmente, em relação às inovações propostas, conforme destacado. Resta, portanto, questionar: em que sentido *Leitura Manuscripta* propunha a formação da infância brasileira, por meio dos textos que o compunham?

Assim, neste estudo, tenho como objetivo inventariar os textos do livro *Leitura Manuscripta*- lições colligidas, caracterizando autores, natureza e função, de modo a depreender o projeto de formação nele circunscrito mediante os protocolos de leitura (CHARTIER, 1990) autorizados que formaram gerações de leitores na escola brasileira, por mais de meio século.

1. LEITURA MANUSCRIPTA: ASPECTOS EDITORIAIS

O livro *Leitura Manuscripta*- lições colligidas² é composto por textos, todos reproduzidos por processo litográfico em diferentes caligrafias, todas verticais, e encadernado em brochura no formato *in-12*.³ A capa dura contém a única ilustração do livro: um galho sobre o qual repousa um pássaro, ocupando toda a margem direita e o alto da folha. Traz, também, título e subtítulo do livro e autoria indicada apenas pelas iniciais (B.P.R), todas em letras manuscritas e carimbo com indicação da editora e locais (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). A quarta capa traz um extrato do catálogo da Livraria Francisco Alves, contendo títulos e preços de livros escolares, separados por autores. Uma lista de livros de autoria de Arnaldo de Oliveira Barreto, Romão

² Não consegui precisar a data de publicação do exemplar analisado, uma vez que não era comum essa informação em seus exemplares. Provavelmente, trata-se de edição dos anos de 1930, uma vez que há uma inscrição de uso no verso da capa com data de 1935.

³ O formato *in-12* corresponde ao formato francês de 17,5cm X 11cm. (HALLEWELL, 2005).

Puiggari, Thomaz Antonio Galhardo e Ramon Rocca Dordal⁴ antecede a folha de rosto que reproduz as informações da capa, sem ilustração.

Antes dos textos que se iniciam na página 5 e seguem enumeradas até 128, há a informação “Aprovado e adoptado pelo Governo para as Escolas publicas do Estado”, o que significa que o livro foi, não somente autorizado, mas também comprado para ser distribuído às escolas, significando que a longevidade de publicação de *Leitura Manuscripta* representou sua utilização efetiva para ensino da leitura, se levar-se em conta que, a compra leva à adoção do material.

Curioso é notar a autoria do livro indicada apenas pelas iniciais BPR. De acordo com Batista (2009), trata-se de Arnaldo de Oliveira Barreto, Romão Puiggari e Ramon Rocca; Razzini (2014), no entanto, afirma que o B corresponde a Alfredo Bresser. Seja Barreto ou Bresser, importa salientar e questionar por que professores e autores de livros didáticos como os indicados como autores de *Leitura Manuscripta* omitiriam essa informação? Teriam eles vendido os direitos autorais para a Livraria Francisco Alves? A estratégia de venda de livros a partir do renome do autor não foi considerada como necessária pelo editor?

É importante observar que *Leitura Manuscripta* não era o único paleógrafo que circulava para ensino desse tipo de leitura à época. Fazendo levantamento desse tipo de material que circulou no Brasil, Batista (2009) organizou dados sobre sete deles, incluindo o de BPR, a saber: *Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das Escolas em 10 lições progressivas do mais fácil a o mais difícil*, de Duarte Ventura, com primeira edição provavelmente em 1840, tendo circulado até 1901; *O paleographo em escala calligraphica para aprender a leitura manuscrita, aprovado pelo Conselho Superior d’Instrução*, de Carlos Silva, com primeira edição em 1864, tendo circulado até 1912; *O segundo e novo paleographo, em escala calligraphica: leitura manuscrita etc.*, também de Carlos Silva, com primeira edição em 1869; *Paleógrafo, ou Arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Provincia do Pará*, de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, com primeira edição em 1871 e 13ª em 1886; *Curso graduado de letra manuscrita em 21 lições composto para o uso da mocidade brasileira*, sem indicação de autoria, com segunda edição em 1872 e nona em 1890; e, *Exercício de leitura manuscrita*, de Lindolfo Gomes, com primeira edição em 1926, tendo circulado até 1963.

Como se pode perceber, a primeira edição de *Leitura Manuscripta* circulou ao lado de, pelo menos, dois outros paleógrafos e manteve-se no mercado editorial, concorrendo não somente com

⁴ Estudos sobre Arnaldo Barreto, Ramon Rocca e Thomaz Galhardo como sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil podem ser vislumbrados, sobretudo, em: Mortatti et.al. (2015).

outro, como também com uma cultura que foi, paulatinamente, colocando em segundo plano a exigência social que, provavelmente, gerou a necessidade de publicar livros para ensino da leitura de textos escritos em letra manuscrita: a de leitura de diferentes caligrafias. Se durante o século XIX a leitura de manuscritos era uma urgência devido à grande circulação desse tipo de material em todas as esferas da sociedade, inclusive na escola, paleógrafos supriam a necessidade de ensino da letra manuscrita, substituindo de modo mais sofisticado aquele tipo de documento. Em vista disso, a legislação escolar previa o ensino de leitura manuscrita e o mercado editorial de livros escolares buscou preencher e aproveitar essa fatia no mundo das edições, como já se ressaltou. No século XX, entretanto, a exigência social de leitura manuscrita foi sendo reduzida de modo crescente pela circulação cada vez maior de impressos reproduzidos em diferentes técnicas e tipos de letra bastão. A longevidade de *Leitura Manuscripta* é, portanto, fenômeno digno de análise.

2. OS TEXTOS DE LEITURA MANUSCRIPTA: AUTORES, NATUREZA E FUNÇÃO

O livro *Leitura Manuscripta* – lições colligidas é organizado em 65 textos, sendo todos intitulados, assinados pelos autores⁵ e organizados em Índice. Ao final de alguns, há quadros pautados contendo ora letras do alfabeto, ora numerais, ora frases curtas, indicando uma possível utilização do livro também para a escrita.

Os textos compilados para leitura da letra manuscrita foram produzidos por 52 autores. A grande quantidade de autores em relação ao número de textos justifica-se por se tratar de uma coletânea, como já ressaltado em relação ao subtítulo do livro, uma vez que foi esse o modelo de livro de leitura que prevaleceu no final do século XIX, no Brasil (SOARES, 2001), sendo 34 autores brasileiros, 17 portugueses e um espanhol. A presença maciça de autores de nosso país representa uma resposta aos reclamos dos intelectuais daquele tempo, indicada no início deste artigo.

O primeiro texto, assinado por BPR trata, em forma de diálogo, da importância da caligrafia, embora nenhum desses autores (Arnaldo Barreto ou Alfredo Bresser, Romão Puiggari e Ramon Rocca) fosse calígrafo. Desse modo, é do ponto de vista da educação que o tema é tratado, haja vista a atuação desses autores como professores que propunham modos de fazer e de pensar a educação brasileira, atuando, sobretudo, no ensino de leitura e de escrita. Ainda assim, são de próprio punho, os textos de autoria de Arnaldo de Oliveira Barreto e Romão Puiggari, bem como outros cinco deles foram reproduzidos no livro por seus próprios autores, como autógrafos, os de:

⁵ Apenas em oito textos não vem indicada a autoria.

Carlos Gomes Cardim, Amadeu Amaral, Alberto Sousa e J. Pinto e Silva. Os dois últimos são autores de textos que foram produzidos antes de 1900.

Além desses, a maioria dos autores são contemporâneos à publicação do livro, sendo considerados clássicos, à época, somente sete deles, como Antonio Ferreira de Castilho, Bocage, Fr. Luís de Granada, Marquês de Maricá, Pe. Antonio Vieira, Pe. Manuel Bernardes e Rocha Pitta. Sobre a presença de autores antigos nos livros de leitura e a necessidade de autores brasileiros e “modernos”, a crítica de José Veríssimo (1896) é mais uma vez significativa:

Os nossos livros de excertos é aos autores portugueses que os vão buscar, e a autores cuja clássica e hoje quase obsoleta linguagem o nosso mal amanhã preparatoriano de português mal percebe. São os Fr. Luís de Sousas, os Lucenas, os Bernardes, os Fernão Mendes e todo o classicismo português que lemos nas nossas classes da língua, que aliás começa a tomar nos programas o nome de língua nacional. Pois, se pretende, ao meu ver erradamente, começar o estudo da língua pelos clássicos, autores brasileiros, tratando as coisas brasileiras, não poderiam fornecer relevantes passagens? E Santa Rita Durão, e Caldas, e Basílio da Gama, e os poetas da gloriosa escola mineira, e entre os modernos João Lisboa, Gonçalves Dias, Sotero dos Reis, Machado de Assis e Franklin Távora, e ainda outros, não têm páginas que, sem serem clássicos, resistiriam à crítica do mais metuculoso purista? (VERÍSSIMO, 1896, apud ZILBERMAN; LAJOLO, 1986, p. p. 271-272).

Como se percebe, em *Leitura Manuscripta* busca-se responder aos anseios do crítico, com 45 autores então modernos tendo seus textos nele reproduzidos. Esses são, ora professores, ora escritores, sendo muitos deles poetas, romancistas, jornalistas, juristas, diplomatas, políticos etc., e voltados para uma produção escrita para adultos. Desse modo, com exceção dos autores professores que escreviam livros didáticos voltados para a infância, a saber: Arnaldo de Oliveira Barreto, Antonio Gomes Cardim, Barão de Macaúbas, Hilário Ribeiro, Romão Puiggari e Ramon Rocca Dordal, que têm textos reproduzidos em *Leitura Manuscripta*, os outros não têm em vista a especificidade da infância, no entanto, são autores renomados, sobretudo, representantes dos movimentos literários em voga e atuantes em diversas esferas da sociedade brasileira, como intelectuais, entre eles, destacam-se: Álvares de Azevedo, Castro Alves, Escragnole Taunay, José Bonifácio, Gonçalves Dias, Fagundes Varela, Machado de Assis, Manuel Antonio de Almeida, Pedro Dinis, Raimundo Corrêa, Vicente de Carvalho, entre tantos outros.

É importante ressaltar que no início do século XX quando veio a lume a primeira edição de *Leitura Manuscripta*, a produção literária para crianças era, em geral, composta por traduções e adaptações (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991), não havendo um número muito expressivo de autores

que se ocupassem de escrever diretamente para a criança. Isso parece justificar a presença de autores voltados para o público adulto nas páginas do livro. É da relação com a escola e com o ensino de leitura e escrita que a literatura infantil brasileira começou a tomar corpo e pode, gradativamente, ir tornando-se um gênero autônomo⁶, bem como da compreensão da infância como parte diferenciada da vida humana e do valor formativo do livro e da leitura, que autores passaram a ocupar-se da especificidade da produção escrita diretamente para a criança.

Ainda sobre os autores, é necessário questionar por que, à exceção de Suzanina Cornaz e da Marquiza de Alorna, todos os autores eram homens, cabendo reflexões sobre o lugar e o papel das mulheres tanto no cenário literário e social como também o das meninas na instituição escolar.

Quanto aos textos compilados, esses podem ser divididos em duas categorias, se considerada sua natureza, sendo uma que corresponde a textos de caráter mais informativo e outra, de caráter mais ficcional, todavia grande maioria apresenta inflexões entre uma e outra, caracterizando apenas a prevalência de uma natureza sobre a outra. Em tentativa de categorização, os textos *informativos* dividem-se em: diálogos (2), biografias (7), narração (7), descrição (10), máximas (2); já os *ficcionais* são: poemas (16), carta (1), narração (8), descrição poética (3), trecho de romance (1), fábulas adaptadas (2), fábula em verso (2), fábula em verso parafraseada (1), narrativa épica (1), apólogo (2). Como se percebe, os mesmos gêneros oscilam entre uma categoria e outra, apenas prevalecendo a natureza, em uma espécie de hibridismo. Esse aspecto remete à característica fluida das origens de uma literatura especialmente voltada para crianças no Brasil, qual seja, a de proporcionar ensinamento útil por meio agradável. Assim, informação e ficção permeiam os textos dirigidos ou adaptados às crianças, uma vez que grande parte deles - e em especial o livro em análise - foi escrita e publicada para circular no âmbito escolar, conforme já apontado em relação à origem do gênero denominado literatura infantil e sua estreita ligação à escola.

Arroyo (1968) foi o primeiro estudioso a admitir essa vinculação histórica não como a causa dos males da literatura infantil, mas como constitutiva de sua origem. Já Zilberman e Lajolo (1986) indicam que esse modo de conceber a literatura infantil associou-a aos problemas da escola. Seja um ponto de vista, seja outro, o importante é compreender que, desde fins do século XIX, a literatura infantil brasileira foi produzida e criticada, sobretudo, por professores ou intelectuais engajados em projetos educacionais; associou o aspecto estético à formação de valores para as crianças, concebendo-as como seres a “vir a ser”; submeteu-se ao processo de escolarização de aprendizagem da leitura e da escrita, ou seja, esteve vinculada à instituição escolar.

⁶ A constituição da literatura infantil brasileira não se deu sem impasses e problemas. Diversos estudos que traçam um histórico do gênero apontam as relações entre literatura e ensino, como problema de origem.

Além do aspecto híbrido, é notória a diversidade textual que compõe o livro *Leitura Manuscripta*. Como já ressaltado, a presença de textos oriundos da literatura é grande novidade que o diferencia de outros paleógrafos, mas ao lado deles há também narrativas de fatos históricos, biografias, descrições objetivas, entre outros. Desse modo, não se pode categorizar *Leitura Manuscripta* como pertencente ao gênero literatura infantil, mas é possível, pelo esforço de ficcionalização da leitura voltada às crianças, haja vista a prevalência de textos com esse caráter (28 informativos e 37 de ficção), conceber esse livro de leitura como representativo também da leitura recreativa, e não somente da leitura com caráter pedagógico, como pode vir a ser compreendido à primeira vista um livro de leitura. Tanto o é que os 37 textos de ficção correspondem a gêneros cuja função estética ocupa primeiro plano, logo esses textos presentes em um livro de leitura escolar correspondem, também, para o que se considerava como leitura auxiliar, e não somente para leitura de classe.

Em virtude da natureza dos textos que compõem esse livro de leitura, é possível afirmar, portanto, que houve um esforço de levar leitura pedagógica e recreativa para o ensino da leitura manuscrita, prevalecendo um caráter muito mais de formação de valores morais e pedagógicos do que de conteúdos escolares, por isso a ideia de levar ensinamento útil de modo agradável prevaleceu nos protocolos de leitura do texto, seja de seus autores, seja de seus editores. É importante lembrar que à época de circulação desse livro muitos eram os livros de leitura que se voltavam para a tônica de ensinar conteúdos por meio dos livros escolares para ensino da leitura. *Leitura Manuscripta*, ao contrário desse modelo, formava e conformava a criança brasileira não com conteúdos escolares, mas sim com a propagação de valores emocionais, morais e patrióticos, subsumidos nos textos que o compunham, exercendo, pois, uma função ao mesmo tempo educativa e formativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, busquei compreender a formação proposta no livro *Leitura Manuscripta* – lições colligidas, por meio dos textos que o compunham, a partir da percepção de que livros de leitura têm um projeto de formação de leitores, da infância e para a infância, circunscrito às exigências escolares. Assim, levei em consideração a produção do texto e a produção do livro em análise, como resultado de uma época.

Desse modo, é possível afirmar que *Leitura Manuscripta* supre uma necessidade social de seu tempo, oferecendo-se como material de leitura mais sofisticado e de acordo com os preceitos e urgências escolares.

A análise dos autores, da natureza e da função dos textos desse livro revelou características desse modelo de formação, a saber:

1. os autores eram modernos e renomados, sendo, em grande maioria brasileiros, homens e contemporâneos da publicação do livro *Leitura Manuscripta*, redundando em textos então atuais, de qualidade e prestígio;

2. a natureza híbrida dos textos, oscilando entre textos informativos e de ficção, imprimiam diversidade textual ao livro, mas, sobretudo, denotavam uma preocupação com a formação de uma leitura escolar também conformada pela leitura auxiliar;

3. a função dos textos era, portanto, tanto pedagógica quanto de recreação, porém no primeiro caso não eram os conteúdos escolares que eram visados pelo livro, mas sim, valores emocionais, morais e patrióticos, o que era garantido, também, pelos textos de ficção.

Assim, pode se depreender que *Leitura Manuscripta* – lições colligidas traz um modelo de formação da infância brasileira, em situação escolar, rompendo com o suporte dos materiais de leitura e ao mesmo tempo propondo um modo de ler que formou gerações de leitores na escola brasileira, por mais de meio século. Esse modelo de formação não era exclusivo do livro em análise, porém o exame de seus textos aponta para singularidades que caracterizaram o que se entendeu por largo tempo como um (bom) livro de leitura (manuscrita).

REFERÊNCIAS

ARROYO, L. *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para sua história e suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Papéis velhos, manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura. In.: ABREU, Márcia; SHCAPOCHNIK, Nelson. (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005. p. 87-116.

_____. Dos papéis velhos aos manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In.: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil – elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 153-178.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Rosa Lyda Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Caderno Cedes*. Campinas, ano XX, n. 52, p. 11-24, nov. 2000.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil – sua história*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo et.al. (Org.). *Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ROMERO, Silvio. O professor Carlos Jansen e as leituras das classes primárias. In.: ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa.. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira*. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

SOARES, Magda. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In.: MARINHO, Marildes (Org.). *Ler e navegar – espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; Belo Horizonte: Ceale, 2001. (Coleção Leituras no Brasil).

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. O poder dos livros de leitura no início do século XX. In.: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. (Org.). *História do ensino de leitura e escrita – métodos e material didático*. São Paulo: Editora UNESP; Marília: Oficina Universitária, 2014. p. 291-313.

VERÍSSIMO, José. A educação nacional. In.: ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira*. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

RESUMO

Neste estudo, objetivou-se inventariar os textos do livro *Leitura Manuscripta* - lições colligidas, caracterizando autores, natureza e função, de modo a depreender o projeto de formação nele circunscrito, uma vez que se trata de um modelo singular de livro de leitura: o de leitura de diferentes caligrafias. Desse modo, pode-se afirmar que o livro supre uma necessidade social de seu tempo, oferecendo-se como material de leitura mais sofisticado e de acordo com os preceitos e urgências escolares. Para isso, os autores trasladados são modernos e renomados, tornando o livro de leitura um material de qualidade; os textos são de natureza informativa e ficcional, levando diversidade ao ensino da leitura e exercem função pedagógica e recreativa na formação e conformação da infância brasileira.

Palavras-chave: Livro de leitura. Formação. Infância. Literatura infantil.

ABSTRACT

This study aimed to inventory the book *Leitura Manuscripta* - lições colligidas, characterizing authors, nature and function so that infer the forming project circumscribed in it, since it is a unique model reading book: the reading different calligraphies. This way, it can be affirmed that the book supplies a social need for its time, offering himself as more sophisticated reading material and according to the precepts and school emergency. For this, the translated authors are modern and renowned, making reading book one of quality material; the texts are informative and fictional nature, bringing diversity to the teaching of reading and performing educational and recreational role in the formation and forming of Brazilian children.

Keywords: Book reading. Formation. Childhood. Children's literature.

Submetido em: janeiro de 2015

Aprovado em maio de 2015